

**- XXII -****QUE EDUCAÇÃO É PÚBLICA? A ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO CURRICULAR**

**Raquel Fontes Borghi**  
UNESP/Rio Claro, Brasil  
[raborghi@gmail.com](mailto:raborghi@gmail.com)

**O processo de construção curricular**

Considerando o currículo como um processo em construção, que vai se constituindo e se configurando em diferentes momentos, síntese de múltiplas determinações (GIMENO SACRISTAN, 2000) este artigo tem por objetivo discutir a atuação do setor privado no processo de construção curricular brasileiro. O artigo coloca ainda, a seguinte questão para análise: se estamos efetivamente vivenciando um processo de privatização dos currículos e, neste sentido, de recomposição dos fins educacionais, a educação ofertada pode ser efetivamente denominada de educação pública?

Alguns autores apontam para a recomposição dos fins educacionais a partir do atual processo de privatização da educação. Para Sader (2003), por exemplo, a mercantilização da educação não requer necessariamente a privatização do fornecimento. Embora formalmente estatal, uma instituição pode ter objetivos privados (atender ao mercado) e um funcionamento orientado por pressupostos liberais como o individualismo, a competição entre os indivíduos e, genericamente, uma concepção de mundo operacional ao capital.

Neste sentido também, vale as formulações de SANTOS (2012) quando denuncia que:

Todo o processo de produção pedagógica é submetido à lógica do mercado: relações ensino aprendizagem, conteúdos programáticos, princípios pedagógicos do currículo e avaliação dos resultados. O sentido e as finalidades da educação incorporam a mercadorização já no âmbito da produção. (Aparecida de Fátima SANTOS, 2012, p. 20)

Para a autora, a educação mercadoria trabalha na lógica da exclusão e reduz o humano à sua disponibilidade laboral.

Também FREITAS (2012), fazendo uma crítica a atuação dos reformadores empresariais na reforma curricular aponta que não se trata apenas de uma reforma curricular, mas da recomposição dos fins educacionais.

O percurso aqui trilhado inicia-se pela concepção de currículo enquanto um processo em construção. Para Gimeno Sacristan (2000),

“currículo refere-se a um projeto seletivo de cultura que possui condicionantes extra-escolares, de ordem social, política e cultural, e que se constrói e se configura a partir das condições da escola, sendo determinado deste modo por condicionantes intra-escolares. O currículo não é estático, ele está sempre em processo de construção e desenvolvimento, abrangendo desde os níveis centrais da política curricular, até a sua concretização em sala de aula.” (Gimeno Sacristan, 2000)

Nesta perspectiva, o currículo deve ser entendido como processo em construção, permeado por lutas, embates e tensões. Neste processo de construção curricular diferentes fatores extra e intra escolares vão moldando, dando forma ao currículo. A nossa hipótese é que atualmente o setor privado é a grande força nas disputas ao longo do processo de desenvolvimento curricular.

Gimeno aborda o processo de construção curricular a partir de diferentes momentos. O *currículo prescrito* corresponde às normas e diretrizes gerais que atuam como referência para a ordenação do sistema curricular – selecionam e distribuem o conhecimento dentro do sistema escolar. Já o *currículo apresentado* refere-se aos materiais elaborados para traduzir e clarificar aos professores o significado e conteúdo do currículo prescrito, realizando uma interpretação deste. O *currículo planejado pelos professores* são os planejamentos anuais, mensais, diários elaborados pelos professores, tendo como base as normas e diretrizes gerais e as necessidades particulares de seu alunado. O *currículo em ação* representa o momento da ação pedagógica, da prática docente em sala de aula; o *currículo realizado* compreende os efeitos produzidos pela prática, efeitos estes que são de diversas ordens e que afetam tanto os alunos como os professores. Por fim, o *currículo avaliado*, implica o momento da avaliação, que pode ser do rendimento dos alunos ou do programa curricular em si e sua concretização.

### A atuação do setor privado

Como então o setor privado vem atuando ao longo destes diferentes momentos/etapas do desenvolvimento curricular?

No que se refere ao “**currículo prescrito**”, definido por Gimeno Sacristan (2000) com as prescrições legais curriculares, a atuação do “Movimento Todos pela Base Nacional Comum” no processo de construção da Base Nacional Comum Curricular é um exemplo de interferência do setor privado no processo brasileiro. São os chamados reformadores empresariais (FREITAS, 2012) pensando, ou melhor, ditando os currículos escolares. A questão é que, como aponta Oliveira (2003) “por possuir uma compreensão economicista e fragmentária acerca das múltiplas relações nas quais os indivíduos estão inseridos, [o empresariado] termina por valorizar muito mais o papel da escola como espaço de preparo do indivíduo para o mercado de trabalho” (p.51) reduzindo a educação aos interesses mercadológicos. O empresariado defende a reestruturação do sistema educacional brasileiro, se colocando como agente deste processo, modificando a agenda de políticas educacionais e transformando a escola em um ambiente que irá beneficiar o capital e sua autovalorização. Cabe também destacar que o tecnicismo atual defendido

pelo empresariado é na realidade uma (re)politização conservadora, que desqualifica a função social transformadora da escola.

No que se refere ao “**currículo apresentado**” aos professores por meio da produção de materiais elaborados para traduzir e clarificar o significado e conteúdo do currículo prescrito, um exemplo da atuação do setor privado é a adoção, por escolas públicas, de sistemas privados de ensino como o COC, Positivo e outros. Adrião, et all (2009), abordam esta tendência em artigo que trata do crescimento das parcerias, pela via dos contratos entre os municípios paulistas e empresas privadas da área educacional para a aquisição de “sistemas apostilados de ensino”. As autoras entendem que essa compra representa mais do que a simples aquisição de materiais didáticos, dado se tratar de estratégia por meio da qual o setor privado amplia seu mercado, ao incidir sobre o espaço público. Na mesma medida, o setor público transfere parcela de suas responsabilidades para com a educação à iniciativa privada.

No “**currículo planejado**” podemos considerar os planejamentos anuais, mensais, diários elaborados pelos professores, tendo como base as normas e diretrizes gerais e as necessidades particulares de seu alunado. Nesta fase, o setor privado tem muitas interferências, mas destacamos novamente a adoção de sistemas de ensino privados (SPEs) por redes de escolas públicas. Como já apresentado por ADRIÃO, et all (2009),

Os SPEs consistem em uma cesta de produtos e serviços: integrada por atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas equipes pedagógicas dos órgãos da administração pública e das escolas: formação continuada de educadores, acompanhamento e supervisão das atividades docentes; investimento na produção e distribuição de materiais didáticos aos alunos; processos de avaliação externa e interna, entre as principais encontradas (ADRIÃO *et al.*, 2009, p. 806).

Neste sentido, tais sistemas privados de ensino também tem interferência no que Gimeno Sacristã denomina de “**currículo em ação**”, que representa o momento da ação pedagógica, da prática docente em sala de aula. Treinamentos, capacitações, distribuição de materiais controle da atuação docente em sala de aula, fazem parte dos pacotes de serviços privados. GARCIA, et all (2014) relatam as implicações da adoção de sistemas privados de ensino para o planejamento e trabalho docente nas redes públicas.

O “**currículo realizado**” compreende os efeitos produzidos pela prática, efeitos estes que são de diversas ordens e que afetam tanto os alunos como os professores. Aqui podemos considerar que a restrição da formação humana a sua capacidade laboral, ou seja, a restrição dos fins da educação a uma perspectiva individual e a seu impacto econômico é uma das mais abrangentes estratégias privatizantes.

### **Para continuar a conversa...**

Retomando a questão colocada no início deste artigo “se estamos efetivamente vivenciando um processo de privatização dos currículos e, neste sentido, de recomposição dos fins educacionais, a educação ofertada pode ser efetivamente denominada de educação pública?”

Carvalho (2008) nos ajuda a responder. Para o autor, ao identificarmos a qualidade da educação com a possibilidade de ascensão econômica individual, concebemos a função pública da educação como administração de interesses privados e econômicos dos indivíduos. A educação deixa de ser concebida como a formação para o mundo público e passa a ser um investimento privado. Não se trata mais da iniciação a um mundo comum que transcende a nossa existência individual. Para este autor, “*a medida que se concebem o valor e a qualidade da educação com base em seu alegado impacto econômico na vida privada do indivíduo, perde-se seu significado ético-política, ou seja, seu sentido público*”. (CARVALHO, 2008, p. 412)

### Bibliografia

ADRIÃO, T. et al. Sistemas apostilados e gestão privada da educação pública em São Paulo. **E&S**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 183-198, 2009.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; BERTAGNA, R.; PAIVA, G.; XIMENES, S. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **E&S**, v. 37, p. 113-131, 2016.

BERTAGNA, R.; BORGHI, Raquel. Possíveis relações entre avaliação e sistemas apostilados privados em escolas públicas. **Revista Educação: teoria e prática**. 2011, p. 132-146.

BORGHI, Raquel; BERTAGNA, R.H. Que educação é pública? Análise preliminar do atendimento conveniado na educação infantil nas diferentes regiões administrativas brasileiras. **RBEP**, v. 97, p. 506-518, 2016.

CARVALHO, J. S. O declínio do sentido público da educação. **RBEP**, 2008.

FREITAS, L.C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **E&S**, 2012.

GARCIA, T.; CORREA, B.; ARELARO, L.; ADRIÃO, T.; BORGHI, R.; BERTAGNA, R.. Sistemas privados de ensino em escolas municipais paulistas: implicações para o planejamento e o trabalho docente. In: SOUZA, D.; SARTI, F. (Orgs.). **Mercado de formação docente: constituição, funcionamento e dispositivos**. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, v. 1, p. 263-284.

GIMENO SACRISTAN, J. **O currículo** – uma reflexão sobre a prática. Artmed, 2000.

OLIVEIRA, Ramon. O empresariado industrial e a educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, 22, pp. 47-60, 2003.

SADER, E. Público versus mercantil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2003.

SANTOS, A. F. **Pedagogia do mercado**. Neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI. Ibis Libris, 2012.